



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

94,

01

**Terceira Câmara de Direito Público**

**Agravo de Instrumento Nº: 0325.620-4 – Recife**

**Agravante: Instituto de Recursos Humanos do Estado de Pernambuco**

**Procurador: Diego Franklin Pereira de Freitas**

**Agravado: Jailda Paiva Oliveira da Silva**

**Advogado: Emmanuel Lucas da Silva Malafaia PE031651**

**Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO HUMANO À VIDA E À SAÚDE. STENT FARMACOLÓGICO. COMPROVAÇÃO DE AUSÊNCIA DE ÊXITO NOS TRATAMENTOS ALTERNATIVOS. RISCO DE MORTE. LIMITAÇÃO DA COBERTURA DOS SERVIÇOS OFERTADOS PELO SASSEPE. HIGIDEZ DAS FINANÇAS. CONTRAPOSIÇÃO AO DIREITO À SAÚDE. SUPERIORIDADE DESTE. RECURSO NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

1. Versa a presente lide acerca do custeio de cirurgia de pessoa que, diagnosticada com quadro de angina e submetida a um cateterismo cardíaco para implante de stent simples, necessitou de novo internamento de urgência, ocasião em que se detectou lesão coronariana denominada reestenose intra stent na principal artéria do coração, decorrente da baixa qualidade do primeiro stent implantado, impondo a submissão a nova cirurgia, desta feita para implante de stent farmacológico. (fls. 46 e 47)

2. Do contexto probatório infere-se, pois, que o stent não farmacológico não se mostrou eficiente à reversão do quadro de angina apresentado pelo paciente, circunstância esta que, acaso mantida, pode agravar a saúde da agravada, podendo inclusive evoluir para o risco de morte. Outrossim, a agravada é servidora pública estadual aposentada, beneficiária do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco – SASSEPE, para o qual contribui mediante descontos em folha de pagamento (fl. 34), sendo, ademais, carente de recursos financeiros para arcar com os custos do procedimento cirúrgico a que necessita se submeter, razão pela qual afiguram-se presentes todos os requisitos necessários à formação do juízo de convencimento do Magistrado de 1º Grau, inexistindo, pois, plausibilidade no pleito suspensivo ora sob apreciação.

3. A despeito da necessidade do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco possuir a liberdade de excluir do âmbito da cobertura dos serviços por ela ofertados algumas espécies de despesas, tendo em vista a necessidade das mesmas primarem pela higidez de suas finanças, faz-se mister verificarmos que na hipótese dos autos, em confronto com os interesses econômicos da agravante, estão interesses superiores da agravada, quais sejam, seu direito à saúde e à vida.

4. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao agravo de instrumento



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

**ACÓRDÃO**

---

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento 0325.620-4, da Comarca de Recife, em que figuram, como Agravante, o Instituto de Recursos Humanos do Estado de Pernambuco e, como agravado, Jailda Paiva Oliveira da Silva, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Integrantes da Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao presente agravo de instrumento, tudo de conformidade com os votos em anexo, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 03 de Julho de 2014.

  
\_\_\_\_\_  
**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
**Relator**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

90  
01

**Terceira Câmara de Direito Público**  
**Agravo de Instrumento Nº: 0325.620-4 – Recife**  
**Agravante: Instituto de Recursos Humanos do Estado de Pernambuco**  
**Procurador: Diego Franklin Pereira de Freitas**  
**Agravado: Jailda Paiva Oliveira da Silva**  
**Advogado: Emmanuel Lucas da Silva Malafaia PE031651**  
**Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

**RELATÓRIO**

---

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo Instituto de Recursos Humanos do Estado de Pernambuco em face de Jailda Paiva Oliveira da Silva, impugnando decisão proferida pela MM. Juíza da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, Dra. Mariza Silva Borges, no bojo da Ação Ordinária tombada sob o nº 0001168-98.2014.8.17.0001.

O Magistrado *a quo* (fls. 51/52), através da decisão recorrida, deferiu liminar para que o IRH-PE, no prazo de 72h (setenta e duas horas), autorizasse o tratamento da autora/agravada e arcasse com os custos do procedimento médico necessário ao implante do stent farmacológico da marca Rislute Integrity, da empresa MED TRONIC, em sua integralidade, seja na rede conveniada ou não conveniada ao SASSEPE.

Assevera, em síntese:

1) Que o SASSEPE oferece cobertura à angioplastia com implantação de stents, porém não os do tipo farmacológico e liberadores de drogas, que custam de três a cinco vezes mais que os convencionais;

2) Que o SASSEPE é regido pela LC Estadual nº 30/01 e por regulamentos e normas expedidas por seus órgãos gestores, não se lhes aplicando o regime privado da chamada Lei de Planos de Saúde;

3) Que a amplitude da cobertura oferecida aos beneficiários depende das disponibilidades financeiras do sistema, de modo que fornecer à ora agravada tratamento não coberto, implicaria afronta aos direitos dos demais beneficiários, em afronta aos princípios da legalidade e igualdade;

4) Que inexistem nos autos qualquer justificativa para a indicação do stent do modelo e marca prescritos pelo médico da agravada, que sequer



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

integra os quadros dos profissionais da rede credenciada pelo SASSEPE ou pertencente ao Hospital dos Servidores do Estado;

5) Que o SASSEPE consiste em um sistema de adesão voluntária, que não se confunde com o SUS, de acesso universal e igualitário.

Pugna pela concessão de efeito suspensivo e, no mérito, requer seja dado provimento ao recurso, revogando-se em definitivo a decisão impugnada.

Em decisão interlocutória de fls. 68/75, esta Relatoria denegou o efeito suspensivo pleiteado.

Instado a apresentar suas contrarrazões, a agravada deixou transcorrer *in albis* o decêndio legal, a teor da certidão de fl. 77.

O *Parquet* exarou parecer às fls. 83/87, opinando pelo não provimento do recurso, aduzindo razões coincidentes com as adotadas por esta Relatoria por ocasião do indeferimento da antecipação da tutela recursal.

É o que de importante se tem a relatar.

Peço dia para julgamento.

Recife, 28 de maio de 2014.

  
\_\_\_\_\_  
**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
**Relator**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

95r

01

**Terceira Câmara de Direito Público**  
**Agravo de Instrumento Nº: 0325.620-4 – Recife**  
**Agravante: Instituto de Recursos Humanos do Estado de Pernambuco**  
**Procurador: Diego Franklin Pereira de Freitas**  
**Agravado: Jailda Paiva Oliveira da Silva**  
**Advogado: Emmanuel Lucas da Silva Malafaia PE031651**  
**Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

**VOTO:**

---

Versa a presente lide acerca do custeio de cirurgia de pessoa que, diagnosticada com quadro de angina e submetida a um cateterismo cardíaco para implante de stent simples, necessitou de novo internamento de urgência, ocasião em que se detectou lesão coronariana denominada reestenose intra stent na principal artéria do coração, decorrente da baixa qualidade do primeiro stent implantado, impondo a submissão a nova cirurgia, desta feita para implante de stent farmacológico. (fls. 46 e 47)

Do contexto probatório infere-se, pois, que o stent não farmacológico não se mostrou eficiente à reversão do quadro de angina apresentado pelo paciente, circunstância esta que, acaso mantida, pode agravar a saúde da agravada, podendo inclusive evoluir para o risco de morte.

Outrossim, a agravada é servidora pública estadual aposentada, beneficiária do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco – SASSEPE, para o qual contribui mediante descontos em folha de pagamento (fl. 34), sendo, ademais, carente de recursos financeiros para arcar com os custos do procedimento cirúrgico a que necessita se submeter, razão pela qual afiguram-se presentes todos os requisitos necessários à formação do juízo de convencimento do Magistrado de 1º Grau, inexistindo, pois, plausibilidade no pleito suspensivo ora sob apreciação.

Note-se que, a despeito da necessidade do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco possuir a liberdade de excluir do âmbito da cobertura dos serviços por ela ofertados algumas espécies de despesas, tendo em vista a necessidade das mesmas primarem pela higidez de suas finanças, faz-se mister verificarmos que na hipótese dos autos, em confronto com os interesses econômicos da agravante, estão interesses superiores da agravada, quais sejam, seu direito à saúde e à vida.

AI 0325.620-4



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

Nesse sentido, leia-se os entendimentos jurisprudenciais infratranscritos:

**"EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO. DIREITO HUMANO À VIDA E À SAÚDE. PLANO DE SAÚDE. SASSEPE. COBERTURA DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR. IMPLANTAÇÃO DE STENT FARMACOLÓGICO. RECUSA INDEVIDA. DANO MORAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20 §§ 3º E 4º. AGRAVO DESPROVIDO DE FORMA UNÂNIME.**

1. O cerne da questão em apreço reside na discussão acerca do alcance da assistência médica a ser fornecida pela parte ré. Argumenta o agravado que o tratamento recomendado à sua enfermidade foi prescrito por profissional de saúde especializado que lhe assiste e que a negativa do SASSEPE além de expor sua vida a risco, acarretou-lhe forte constrangimento.

2. Compulsando os autos, verifica-se que o agravado é beneficiário do SASSEPE - Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco, tendo esse sistema como função a cobertura de despesas dos serviços de atendimento médico-hospitalar, bem como os atos necessários ao diagnóstico e tratamento, prestados aos seus beneficiários.

3. A relação mantida entre a entidade mantenedora do plano de saúde - SASSEPE e o agravado beneficiário caracteriza-se pelo objeto contratado, no caso, contrato de plano de saúde, sendo irrelevante a natureza jurídica da entidade prestadora do serviço. Logo, cumpre ao Estado, através do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores de Pernambuco, o fornecimento do tratamento requestado.

4. Apesar da possibilidade do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco excluir algumas despesas da área de cobertura dos serviços por ela ofertados, na hipótese dos autos verifica-se o confronto do interesse econômico do apelante com os interesses superiores do autor/agravado, quais sejam o direito à vida e à saúde.

5. A indisponibilidade de recursos financeiros não afasta o dever assistencial imputado ao poder público. Ocorre que o direito à saúde, estreitamente ligado ao direito à vida e à dignidade da pessoa humana, sempre deve prevalecer sobre obstáculos de ordem financeira em razão do alto status que goza no plano constitucional.

6. Especificamente quanto à implantação de stents farmacológicos, a questão já se encontra inclusive sumulada por este e. Tribunal de Justiça de Pernambuco, consoante o Enunciado da Súmula 11 do Sodalício, assim assentado: "É abusiva a negativa de cobertura de stent, ainda que expressamente excluída do contrato de assistência à saúde".



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

96,

01

7. No caso em exame, a conduta da seguradora foi capaz de romper com o equilíbrio psicológico da paciente e, portanto, não pode se equiparar a meros dissabores atinentes ao cotidiano das relações interpessoais. A conduta ilícita do SASSEPE, decorrente do descumprimento injustificado da prestação, configura atitude abusiva capaz de causar lesão à vida da parte autora, mesmo de ordem extrapatrimonial.

8. Enunciado 35 da Súmula do TJPE: A negativa de cobertura fundada em cláusula abusiva de contrato de assistência à saúde pode dar ensejo à indenização por dano moral.

9. Portanto, configurado o dano moral, entendo como razoável ao cumprimento das finalidades da reparação do dano, bem como o caráter pedagógico da medida, o montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

10. Considerada a natureza da causa, o trabalho realizado pelo patrono nos autos, o tempo transcorrido e o critério de equidade, entendo como justa a fixação dos honorários advocatícios no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

11. À unanimidade, Recurso de Agravo Legal improvido." (Agravo 315435-2. Relator(a): Jorge Américo Pereira de Lira. Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Público. Data do Julgamento: 04/02/2014. Data da Publicação/Fonte: 12/02/2014)

"EMENTA: PROCESSO CIVIL. DECISÃO TERMINATIVA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITOS HUMANOS. DIREITO ADMINISTRATIVO. DIREITO À VIDA E A SAÚDE. IMPLANTAÇÃO DE UM STENT CORONÁRIO FARMACOLÓGICO. TRATAMENTO ESSENCIAL A SAÚDE DA AGRAVADA. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. O Estado/recorrente, nas razões recursais, busca, em síntese, rediscutir a matéria trazida no Recurso de Agravo no tocante a inexistência dos pressupostos autorizadores e tece considerações acerca da lei complementar nº 30/2001. Assim, requer a reforma da decisão, julgando-se totalmente procedente o presente recurso. Através de Decisão Terminativa proferida no Agravo de Instrumento, fls. 42/44, foi negado seguimento ao recurso, com a consequente confirmação do julgado a quo, com fulcro no art. 557, caput do CPC c/c o art. 74, VIII do RITJ, estando a decisão lançada nos seguintes termos: "(...)A autora-agravada foi diagnosticada com aterosclerose coronária, lesão severa na descendente anterior, lesão moderada no ramo aliagonalis, oclusão total da coronária direita e VE com hipocinesia inferior, e que, segundo laudo médico do Dr. Nelson Eugenio, CRM - 17052 e exames anexados (fls. 18/21), necessita da implantação do referido stent farmacológico em coronária direita Ressalto que os documentos anexados às fls. 18/21 dos autos são conclusivos ao atestar que se faz necessário, diante do diagnóstico, o tratamento acima referido. Analisando detidamente os autos, vislumbro que a decisão combatida não merece reforma. É cediço que, naqueles casos em que

AI 0325.620-4



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

*comprovada a necessidade do fornecimento de medicamento ou tratamento essencial à saúde do cidadão, cumpre ao Estado prover as condições indispensáveis ao pleno exercício da saúde. Pois bem, ainda que se trate de situação jurídica diversa, posto que o pleito da autora/agravada baseia-se na relação jurídica que a mesma mantém com o SASSEPE, cumpre ao Estado, através do Sistema de Assistência à Saúde dos seus Servidores, o fornecimento do medicamento/tratamento pleiteado. Ora, mesmo naqueles casos em que não há contraprestação, cabe ao Estado, consoante entendimento consolidado neste Tribunal, o fornecimento de medicamento/tratamento perseguido, tanto que, acerca do tema, foi aprovado enunciado sumular (Súmula 18 do TJPE), máxime no caso em apreço, em que a beneficiária contribui mês a mês para a manutenção do SASSEPE, com vistas, obviamente, à obtenção de contraprestação necessária e suficiente, no momento em que precisa. No mais, constatei ser entendimento consolidado nesta Câmara de Direito Público que a amplitude da cobertura ofertada pelo SASSEPE não deve ser minorada ao alvedrio da Administração do Plano, mediante argumentos genéricos e indicativos de carência de recursos. Assim, mesmo que o SASSEPE esteja atrelado a um regime jurídico diverso dos seguros-saúde de direito privado, encontra-se, pela própria natureza do serviço prestado, obrigado à contraprestação de assistência à saúde, posto que os interesses econômicos da parte agravante não podem se sobrepor ao direito à saúde da parte agravada. Nesta senda, ainda que o art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 30/2001, que cria o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco - SASSEPE, estabeleça que a assistência à saúde será prestada com a amplitude permitida pelos recursos financeiros auferidos pelo IRH-PE, bem como que a cobertura permitida para os programas de assistência à saúde do SASSEPE será aquela constante do rol de procedimentos definidos em resolução do CONDASPE, entendo que o recorrente está obrigado ao fornecimento do tratamento pleiteado pela autora/agravada. Por fim, destaco não se tratar de ingerência indevida do Poder Judiciário em atribuição discricionária do Poder Público como pontuou o agravante, posto que a obrigação de prestar tratamento hospital e/ou ambulatorial à agravada, nas diversas especialidades médicas decorre da lei, o que justifica a atuação deste Poder com vistas à coibição de atos arbitrários. Nesse sentido é o julgado deste Tribunal, com o qual corroboro: ADMINISTRATIVO. SISTEMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SASSEPE. COBERTURA. AMPLITUDE. TRATAMENTO DE SAÚDE. AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE NEGA PROVIMENTO DE FORMA UNÂNIME. INTERLOCUTÓRIA MANTIDA. 1.O Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco - SASSEPE - não deve negar-se a custear necessário tratamento de saúde com base em argumentos genéricos de falta*





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

97r

01

de possibilidade de cobertura e abrangência. 2.A determinação de custeio de tratamento de saúde de servidor público que aderiu ao SASSEPE, pagando as prestações correspondentes ao referido plano, não constitui ingerência indevida do Poder Judiciário. 3.Agravo de instrumento a que se nega provimento de forma unânime. 4.Decisão unânime. Agravo de Instrumento 0000610-08.2009.8.17.0000(181469-9). 7ª Câmara. Relator Fernando Cerqueira. Julgado em 23/03/2010. Ante todo o exposto, com fulcro nos artigos 557, caput do Código de Processo Civil e 74, inciso VIII do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, considerando o seu manifesto confronto com a Jurisprudência dominante deste Egrégio Tribunal, nego seguimento ao presente agravo de instrumento. Publique-se. Intime-se." Portanto, tenho como inconsistentes os argumentos empreendidos pelo recorrente no presente recurso de agravo. Atente-se que o mesmo não trouxe qualquer elemento novo capaz de ensejar nova discussão a respeito do tema. Por unanimidade, negou-se provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do Relator. (Agravo 294956-4. Relator(a): Antenor Cardoso Soares Junior. 3ª Câmara de Direito Público. Data do Julgamento: 17/10/2013. Data da Publicação/Fonte: 23/10/2013)

"EMENTA: ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. DECISÃO TERMINATIVA. RECURSO DE AGRAVO. PROCEDIMENTO CIRÚRGICO. COLOCAÇÃO DE STENT FARMACOLÓGICO. NEGATIVA DE AUTORIZAÇÃO. SASSEPE. INTERESSE ECONÔMICO. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. PONDERAÇÃO DE INTERESSES. MULTA DIÁRIA. ASTREINTES. VALOR FIXADO DENTRO DOS PARÂMETROS DA JURISPRUDÊNCIA. CUSTAS PROCESSUAIS. FAZENDA PÚBLICA. NÃO CABIMENTO. AUTORA BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MANUTENÇÃO DA CONDENAÇÃO. 1. Cuida-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa que deu provimento parcial ao apelo, tão somente para excluir o pagamento das custas processuais, mantendo os demais termos da sentença de primeiro grau que condenou o IRH-PE a realizar a angioplastia com implantação do stent farmacológico de 2,75x18mm. 2. Ao compulsar os autos, vê-se que a ora agravada é conveniada ao SASSEPE, contribuindo com prestações mensais para a manutenção do referido plano de saúde, pelo que, faz jus à contraprestação necessária e suficiente no momento em que precisar usar dos serviços de saúde disponibilizados. Em sendo assim, não haveria razão em procurar a rede pública - o SUS - para a solução do seu problema, já que sua saúde está contratualmente assegurada. A prova documental trazida aos autos (fls. 21/50) não deixa margem a qualquer dúvida quanto ao estado de saúde da apelada e a necessidade do procedimento a ser adotado. 3. Conforme informações trazidas aos autos, a recorrida sofreu, no ano de 2009, um infarto no miocárdio, vindo

AI 0325.620-4



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

a se submeter a uma angioplastia para colocação de stent. Em 2010, a Cintilografia de Perfusão Miocárdica mostrou que a fração de ejeção do ventrículo esquerdo da era de 42%. No ano de 2011, ao realizar outro exame, foi constatado que o percentual de sangue ejetado pelo ventrículo supracitado baixou para 39%, o que é muito abaixo do mínimo aceitável, em torno de 51 ou 52%. Diante desse quadro, o médico indicou a necessidade de uma nova angioplastia para colocação de um stent farmacológico (2,75x18mm) - único capaz de evitar as reestenoses e salvar a vida da recorrida. Entretanto, o agravante negou o custeio da cirurgia pleiteada, com o argumento de que o procedimento não estaria incluso na cobertura do plano de saúde, não restando ao paciente alternativa senão buscar a tutela jurisdicional, a fim de garantir seu direito assegurado constitucionalmente. 4. Não se pode permitir que uma pessoa portadora de grave doença não receba o tratamento adequado por conta de alegações de cunho econômico ou burocrático. No confronto entre o interesse econômico do recorrente e o da recorrida, consubstanciado no direito à saúde e à vida, deve este se sobrepor àquele. Na ponderação de interesses, tem-se que os resultados danosos sobre o paciente são muito mais graves do que aqueles que possam ameaçar o apelante, pois, a demora no fornecimento dos materiais e na realização da cirurgia poderá trazer consequências irreversíveis. 5. A alegação da não incidência do Código de Defesa do Consumidor na presente relação também não prospera, tendo em vista que, no referido estatuto, o conceito de fornecedor descrito no art. 3º inclui, também, pessoa jurídica de natureza pública, o que leva a entender que a referida norma incide no caso em tela. A súmula nº 469 do Superior Tribunal de Justiça dispõe que "aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde". Justifica-se o enunciado na súmula supracitada porque os planos de saúde são típicos contratos de adesão, através dos quais há imposição de cláusulas ao contratante, geralmente mais fraco e hipossuficiente. E, em casos como esses, não se deve restringir a interpretação de cláusulas contratuais de forma a prejudicar o consumidor. 6. O instituto das astreintes tem por escopo compelir o devedor a cumprir a determinação contida na decisão judicial, além de evitar a mora injustificada. Essa multa não deve ser demasiadamente maior que o valor perseguido no petitório principal, pois pode causar o enriquecimento sem causa da parte contrária. Da análise da jurisprudência deste Egrégio Tribunal de Justiça, vê-se que o valor da astreinte foi fixado em R\$1.000,00 (um mil reais) por dia de descumprimento, o que está dentro dos parâmetros utilizados em casos análogos, não havendo motivos para cogitar a redução do valor fixado. Ademais, se o recorrente cumpre a obrigação judicial imposta, não há porque temer a quantia arbitrada, ao menos que uma redução o fizesse pensar no descumprimento da ordem. 7. Quanto ao pagamento das custas processuais, o recorrente foi erroneamente condenado a



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

98r

01

*pagá-las, tendo em vista que não houve adiantamento de valores pela parte autora por ser beneficiária da justiça gratuita. 8. Agiu corretamente o magistrado a quo ao arbitrar o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a título de honorários advocatícios, quantia que atende aos parâmetros da proporcionalidade e razoabilidade em respeito ao trabalho e zelo do patrono da causa. Apesar do provimento parcial, a recorrida decaiu da parte mínima do pedido, apenas não sendo atendido seu pedido de indenização por danos morais. Além disso, o valor a ser pago é baixo, não causando enriquecimento sem causa, nem prejuízo à Fazenda Pública. 9. Recurso de Agravo não provido." (Agravo 309765-8. Relator(a): Erik de Sousa Dantas Simões. Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Público. Data do Julgamento: 15/10/2013. Data da Publicação/Fonte: 22/10/2013)*

Ante todo o exposto, VOTO PELO NÃO PROVIMENTO do presente agravo de instrumento.

Recife, 03 de Julho de 2014.

  
\_\_\_\_\_  
**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
**Relator**